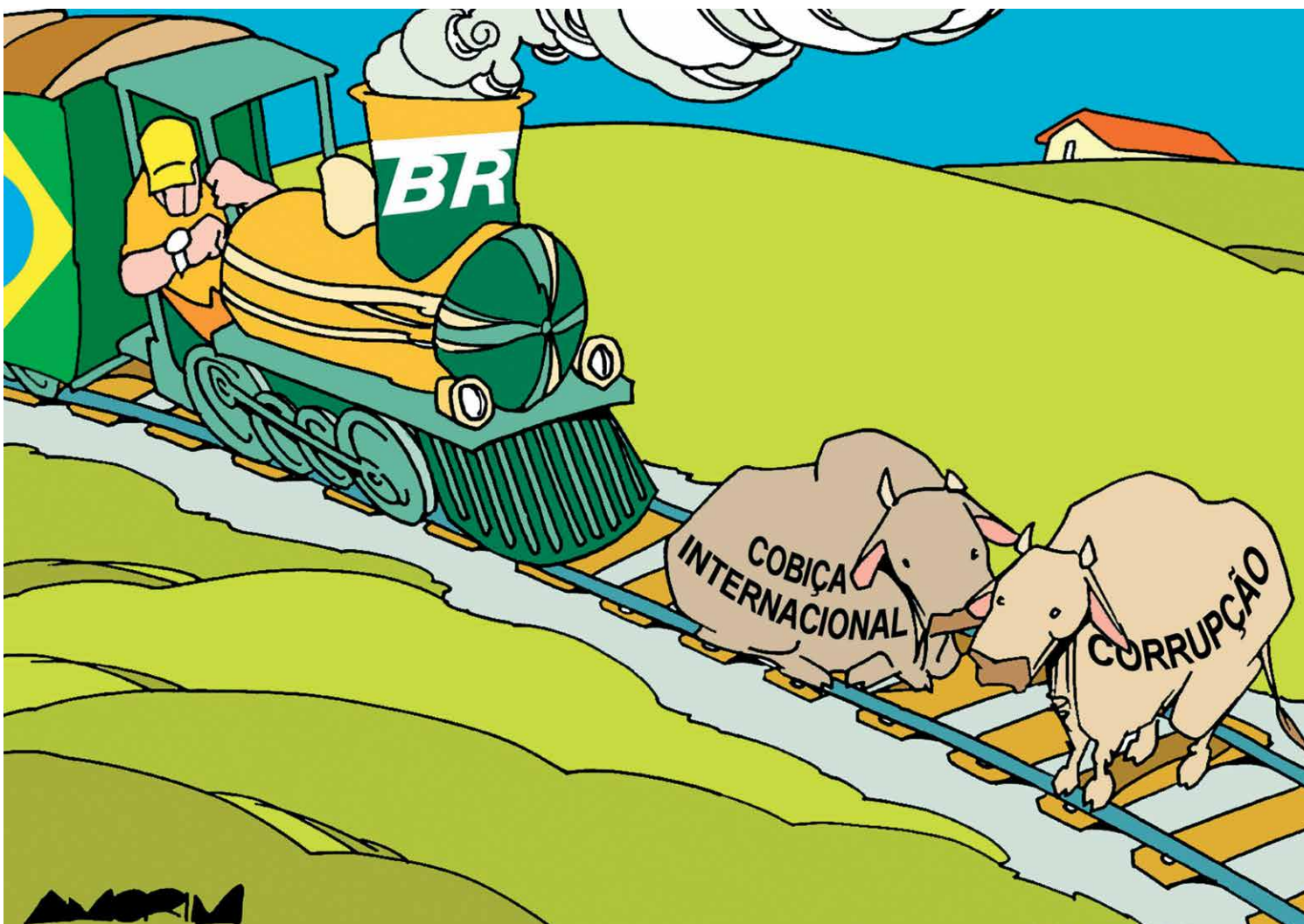




Tem boi na linha

O que está por trás no sobe-desce das ações da Petrobrás



O desgaste e a crise na Petrobrás não interessam ao Brasil. O corte de investimentos previsto, da ordem de 30%, deverá provocar impacto negativo de 1 ponto percentual no PIB, sem contar a queda na arrecadação tributária, aumento do desemprego e outras consequências nefastas para uma economia já combalida. Mas é o que está acontecendo e, para piorar a situação, o cenário mundial aponta para uma possível recessão e o preço do petróleo segue em queda, provavelmente respondendo também a fatores geopolíticos, pois países como Irã, Venezuela e Rússia são os primeiros prejudicados, dada a extrema dependência do petróleo.

3 “Não confunda alho com bugalho”

Felipe Coutinho



4 Posse da nova diretoria da AEPET para 2015/17

6 “Lendo Piketty”

José Augusto Ribeiro

7 RENEST: sonho ou pesadelo?

8 Qual o papel da diretoria de governança?

Editorial

Novo mandato, velha política

O segundo mandato da presidente Dilma Roussef começou do lado oposto das promessas de campanha. É evidente o cunho neo-liberal e ortodoxo da política econômica apresentada, afetando diretamente os trabalhadores. As novas regras para concessão de seguro desemprego e pensões, o corte linear do orçamento – afetando principalmente o Ministério da Educação – parecem contradizer o lema escolhido “Brasil, Pátria educadora”.

As consequências da operação Lava Jato levaram a diretoria da Petrobrás a não conceder o adiantamento da Participação nos Lucros e Rendimentos (PLR) em janeiro. Para atenuar esta quebra de expectativa dos trabalhadores, a empresa antecipou a primeira parcela do décimo terceiro salário.

No pacote econômico claramente recessivo apresentado, está o avanço no bolso do trabalhador, com o veto à correção da tabela do imposto de renda de 6,5% e a volta da Cide e do Pis/Cofins para os combustíveis.

Esperamos que o governo não faça a Petrobrás, mais uma vez, pagar a conta, com o argumento de que a alta do dólar e queda nas cotações do petróleo permitem que a empresa assuma novos passivos. Vale lembrar que o controle dos preços do combustível durante o primeiro mandato pode ter custado R\$ 70 bilhões aos cofres da Petrobrás.



Não confunda



Felipe Coutinho

Em relação à Petrobrás e a relação oportunista e descabida entre as revelações da operação Lava Jato e o regime de partilha da exploração do pré-sal, com garantia de participação mínima de 30% e operação única pela estatal. Esse artigo é um contraponto aos repetitivos editoriais, artigos de opinião e de “notícias”, melhor definidas como propagandas, que têm sido divulgadas pelos meios empresariais de comunicação no Brasil. Em especial, um esclarecimento ao senhor Sacha Calmon que assina o artigo “Quem tudo quer, tudo perde” no caderno de opinião do Jornal o Estado de Minas em 18/01/15 [1].

Pode-se criticar a mídia empresarial e seus porta-vozes com diversos argumentos, mas esse pequeno grupo de brasileiros não pode ser chamado de incoerente. Têm sido historicamente coerentes contra a Petrobrás, mesmo antes da sua criação, fruto de uma das maiores mobilizações populares da história da república, a campanha “O Petróleo é Nosso”. Sempre promovendo

do a propaganda de que primeiro, não haveria petróleo no Brasil, e depois de que não seríamos capazes técnica, econômica e financeiramente de produzi-lo com recursos brasileiros. Mais de 60 anos após a criação da Petrobrás e mesmo com seu pleno sucesso em abastecer e desenvolver o mercado brasileiro, eles ainda mantêm o oportunismo e o histórico viés entreguista ocupando os meios privados de comunicação. Desde a linha editorial do Estado de S. Paulo na época da criação da Petrobrás[2] ao artigo a que já fiz referência, as argumentações podem ser entendidas como resultado do interesse material, do sentimento antinacional ou, na melhor das hipóteses, da ignorância de uma elite que insiste em manter características coloniais sob o velho eufemismo da “defesa da modernidade”.

Existem diversos modelos de regulação da atividade petrolífera, foram e são utilizados em diferentes países, atendendo a vários interesses que disputam no interior dos estados nacionais, e na geopolítica internacional, a sua hegemonia ante os demais.

O modelo do monopólio estatal exercido pela Petrobrás desde sua criação foi um absoluto sucesso até 1997 (quando, através da lei 9.478/97, foi regulamentada a quebra do monopólio, aprovada pelo Congresso em 1995). O desenvolvimento das forças produtivas da indústria, liderado pela Petrobrás, e o desenvolvimento de tecnologias de ponta, reconhecidas internacionalmente, na produção de petróleo em águas profundas, além do domínio das principais tecnologias de refino são provas indeléveis do sucesso do modelo. Com o monopólio o país descobriu e desenvolveu uma nova fronteira exploratória em

PROGRAMA
FAIXA LIVRE

Opinião independente

Apresentador:
Paulo Passarinho

Produção e Jornalista Responsável:
Celeste Cintra – MTB12323

Assistente de Produção:
Sandra Priori

OUÇA AO VIVO
Rádio Livre
1.440 khz AM
Segunda à Sexta de 9h às 10h27

PATROCÍNIO:

AEPET Associação dos Engenheiros da Petrobrás

SINDIFISCO NACIONAL Sindicato Nacional dos Engenheiros de Pesca

SINDIPETRO RJ

CORECON - RJ

36 Anos 1977 - 2013

Participe:
Telefone da Rádio – (21) 2233-8822
E-mail: faixa.livre@yahoo.com.br
www.facebook.com/AEPETRJ?fref=ts

Expediente



Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409
Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP: 20020-100
Tel.: 21 2277-3750
Fax 21 2533-2134

Presidente
Felipe Campos Cauby Coutinho

Vice-Presidente
Fernando Leite Siqueira

Diretor Administrativo
Francisco Isnard Barrocas

Vice-Diretor Administrativo
Christian Alejandro Queipo

Diretor Comunicações
Ronaldo Tedesco Vilardo

Vice-Diretor Comunicações
Herbert Campos Gonçalves Teixeira

Diretor de Pessoal
Arthur Flavio Jansen Ferrari

Vice-Diretor de Pessoal
Silvio Sinedino Pinheiro

Diretor Cultural
Henrique Sotoma

Vice-Diretor Cultural
Estellito Rangel Junior

Diretor Jurídico
George Torres Barbosa

Vice-Diretor Jurídico
Paulo Teixeira Brandão

Conselho Fiscal – Titular
Ricardo Moura de A. Maranhão, Diomedes Cesário da Silva, Francisco Soriano de Souza Nunes

Conselho Fiscal - Suplente
Pedro Francisco de A. Castilho, Carlos Sezino de Santa Rosa, Raul Tadeu Bergmann

Núcleos

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão
Aepet-Macacé: José Carlos L. de Almeida
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Angra dos Reis: Alexandre Guilherme
Brasília: Velocino Lourenço Tonietto
Vitória: Paulo Weimar Perdigão Magalhães

Rio Grande do Sul: James Chang
Santos/SP: Carlos Alberto Amaral Ribeiro e Rogério Picado

Redação

Editores:
Alex Prato (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)

Colaborador: José Luiz Sombra

Projeto Gráfico:
Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Amorim

Diagramação: Geraldo Machado

alho com bugalho

termos mundiais, o petróleo sob águas profundas. Também implantou todo o parque de refino e petroquímico responsável pela industrialização nacional.

Em 1995, o governo FHC, em polêmica medida alvo de julgamento controverso no Supremo Tribunal Federal quebrou o monopólio constitucional da União exercido pela Petrobrás. Desde então a Petrobrás passou a disputar ou se associar a outras companhias nacionais e internacionais para garantir o acesso a novas reservas de petróleo. Ainda nesse modelo, a Petrobrás investiu e assumiu o risco de procurar petróleo em nova fronteira exploratória, a camada do pré-sal. Mais uma vez teve sucesso e liderou a indústria internacional no desenvolvimento de campos nunca alcançados. O sucesso no pré-sal deve ser entendido como o sucesso do desenvolvimento tecnológico obtido durante os 42 anos do monopólio estatal sem o qual não haveria sido possível edificar o conhecimento hoje a serviço da companhia.

Com tamanha descoberta responsável pelo aumento ainda não plenamente quantificado mas estimado em mais de 5 vezes da reserva nacional de petróleo, e conhecido o seu baixo risco exploratório, o governo Lula decidiu reavaliar o marco regulatório da exploração petrolífera.

Foi adotado para o pré-sal o regime de partilha no qual a União possui maior participação na propriedade do petróleo produzido. Foi garantida participação mínima de 30% e a operação única para a Petrobrás, principal responsável pela descoberta da riqueza em disputa. Sem dúvida um avanço em relação ao regime anterior, o das concessões, mas ainda aquém do bem sucedido monopólio exercido durante 42 anos pela Petrobrás. O juízo de valor, na comparação entre os diferentes modelos, expresso nesse artigo diz respeito ao interesse popular, da maioria da população, dos chamados 99% em contradição com o dos 1% que no Brasil e no mundo concentram cada vez mais poder econômico e político.

A sabedoria dos portugueses é realmente exemplar e suficiente para nos dispor de muitos ditados entre os quais pode-se escolher aqueles de nosso interesse particular e apresentar ao conjunto da sociedade como de interesse geral. Foi isso o que fez, de forma consciente ou não, o senhor Sacha Calmon e não cabe aos portugueses nenhuma responsabilidade. Escolho o ditado “Não confunda alhos com bugalhos” mas aqui apresento os argumentos que sustentam o interesse da maioria dos brasileiros e não escondo que são contraditórios ao interesse de uma minoria que sempre se compôs com a exploração de nossas riquezas, em benefício do império e dos centros do capitalismo, desde a colônia à república.

Não conheço nenhuma criança que confunda o céu e o mar. Da mesma forma que não vejo sentido na identificação “disfuncional” ao regime de partilha que é utilizado amplamente em diversos países do mundo. A descoberta do pré-sal não pode ser creditada a terceiros pois foi feita pela Petrobrás, com tecnologia e recursos próprios e assumindo todos os riscos da empreitada em fronteira antes inexplorada mundialmente. Com a descoberta do pré-sal, pela Petrobrás, estima-se que as reservas brasileiras se multiplicaram por cinco. Para garantir o atendimento ao nosso mercado não são necessários novos leilões em benefício de empresas multinacionais.

Em qualquer corporação de natureza privada, os acionistas têm apenas dois objetivos, obtenção de dividendos ou crescimento refletido no valor patrimonial das ações. A Petrobrás é uma empresa estatal e tem outros objetivos, de caráter social, como a garantia de abastecimento do mercado nacional, o controle de preços evitando volatilidade internacional no mercado interno, e o desenvolvimento de fornecedores, de tecnologia e do emprego qualificado no Brasil. O colunista do Estado de Minas lista defeitos na gestão em prol do interesse dos acionistas, não necessariamente no atendimento ao interesse so-

cial, da maioria dos brasileiros, do qual também existiram falhas nos governos Lula-Dilma. Entre as graves falhas, a fragilidade da Petrobrás na relação com fornecedores de bens e serviços, empresários cartelizados que fraudaram a Petrobrás como tem sido revelado pela Operação Lava Jato.

A estratégia e o planejamento energético de um país soberano devem ter como objetivo primordial o atendimento as necessidades nacionais. O número de poços perfurados por ano não é um bom indicador da qualidade do planejamento energético. A relação entre a

O juízo de valor, na comparação entre os diferentes modelos, expresso nesse artigo diz respeito ao interesse popular, da maioria da população, dos chamados 99% em contradição com o dos 1% que no Brasil e no mundo concentram cada vez mais poder econômico e político.

reserva e a produção é um indicador muito mais adequado e neste aspecto o Brasil avançou muito com a descoberta, pela Petrobrás, do pré-sal. A alta produtividade dos poços do pré-sal, operados pela Petrobrás, demonstram que o domínio tecnológico alcançado pelo Brasil permite que com menor número de poços, e de investimentos, se possa produzir mais em termos proporcionais. Neste aspecto, o melhor indicador seria produção por poço e não número de poços perfurados por ano.

A Petrobrás, em seu mais recente planejamento estratégico e de negócios, priorizou os investimentos na Produção em comparação com os investimentos relativos em Exploração (procura de petróleo), ao Abastecimento (refino) e outros. A decisão visa atender um ambicioso programa de investimento com o objetivo de acelerar a curva de produção e a geração de excedente para exportação até 2020. A decisão é questionável mas não sob os

aspectos do interesse das multinacionais prestadoras de serviços instaladas no Brasil. É necessário revisar o plano no sentido de atender o interesse e as necessidades da maioria dos brasileiros no curto, médio e longo prazos. O que atualmente caracteriza os preços do petróleo no mercado internacional é sua oscilação e não os seus preços altos ou baixos. O custo de produção tem aumentado enquanto a capacidade da economia mundial em arcar com eles não é ilimitada, este é o fato novo, a questão do nosso tempo.

Todos os gestores responsáveis por atos lesivos à Petrobrás, em benefício de empresários corruptores, organizados em cartel, para obter contratos super lucrativos, devem responder à lei. Que sejam julgados e, se comprovados os delitos, punidos os corruptos e corruptores. Que os recursos desviados sejam ressarcidos à Petrobrás. O oportunismo de reclamar por novos leilões ou pela mudança do regime de exploração do pré-sal não se justifica, é confundir alhos com bugalhos.

A Petrobrás é a maior produtora mundial de petróleo entre as companhias com ações negociadas em bolsa de valores, tendo recentemente ultrapassado a ExxonMobil. O endividamento da companhia corresponde ao maior potencial exploratório descoberto no mundo recentemente. A aceleração acentuada da curva de produção, com o objetivo de exportação, deve ser questionada mas as perspectivas da Petrobrás são melhores do que todas as demais companhias de capital aberto. O endividamento e o desinvestimento são a realidade da indústria internacional do petróleo, a Petrobrás reúne melhores condições graças a qualidade do seu corpo técnico e ao potencial natural brasileiro. Patrimonialismo é subjugar a Petrobrás ao interesse de curto prazo de alguns acionistas, empresários cartelizados, multinacionais do petróleo ou ao sistema financeiro. Defender a Petrobrás e colocá-la a serviço da maioria dos brasileiros. Corruptos, corruptores e entreguistas não passarão! ☺



Posse da nova diretoria da AEPET



“Caros companheiros e amigos, lutamos em condições desiguais. Enfrentamos o poder econômico e político do capital internacional e nacional. Estamos diante do sistema financeiro nunca antes tão concentrado. Nos deparamos com bancos, construtoras, multinacionais do petróleo e conglomerados privados de comunicação cartelizados.

Enquanto levamos desvantagem em relação ao poder econômico, ganhamos em número. Somos muitos, os explorados e os oprimidos são os nossos, não nos comportemos como uma aristocracia entre os trabalhadores, para sermos fortes devemos nos unir.

Em defesa da Petrobrás e unidos podemos acelerar o tempo histórico e colocar essa magnífica organização produtiva a serviço da maioria dos brasileiros, da forma mais plena e eficiente possível.”

(Felipe Coutinho)



Desvalorizar a Petrobrás interessa ao capital estrangeiro



O desgaste e a crise na Petrobrás não interessam ao Brasil. O corte de investimentos previsto, da ordem de 30%, deverá provocar impacto negativo de 1 ponto percentual no PIB, sem contar a queda na arrecadação tributária, aumento do desemprego e outras consequências nefastas para uma economia já combatida. Mas é o que está acontecendo e, para piorar a situação, o cenário mundial aponta para uma possível recessão e o preço do petróleo segue em queda, provavelmente respondendo também a fatores geopolíticos, pois países como Irã, Venezuela e Rússia são os primeiros prejudicados, dada a extrema dependência do petróleo.

No dia 28 de janeiro as ações preferenciais da Petrobrás caíram 11,21%, cotadas a R\$ 9,03, e as ordinárias tiveram queda de 10,48%, a R\$ 8,63%, após a divulgação do balanço do terceiro trimestre, que, embora tenha apontado lucro líquido de mais de R\$ 3 bilhões, não computou estimativa das perdas decorrentes da corrupção na empresa. Embora deva ser ressaltado que este conceito seja diferente do efetivo patrimônio de uma empresa, a Petrobrás perdeu R\$ 13,9 bilhões em valor de mercado, passando de R\$ 128 bilhões para R\$ 114 bilhões. Os papéis da Petrobrás despencaram também nos Estados Unidos. Na bolsa de Nova York, a queda foi de 11,7%.

Vexame para a vítima

“A divulgação do balanço do terceiro trimestre foi um vexame. O principal item, que todos esperavam, não foi divulgado: o prejuízo causado pela corrupção na estatal”, classifica o vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, ponderando que, se a diretoria achava que não tinha condições de apresentar os números, não deveria ter prometido. Siqueira critica também a interferência política de diretores, em detrimento das

orientações técnicas, e as contratações “por pacote”, fruto do modelo EPC (Engineering, Procurement and Construction), constantemente denunciado pela AEPET, que permite os nefastos aditivos e subcontratações. “Este é um dos pontos que originaram toda a corrupção. Se determinada empresa ganha uma licitação, pode subcontratar outra para fazer os serviços. Isso sistematiza a cartelização”.

O vice-presidente da AEPET frisou, no entanto, que a Companhia é a maior vítima neste processo, que tem implicações diversas, inclusive as já citadas geopolíticas. Isto porque as principais petroleiras do mundo neste momento estão revendo para baixo os seus investimentos e a tendência mundial é de baixa, devido também a outro fator, apontado pelo economista Helio Silveira, aposentado no BNDES, com larga experiência no acompanhamento do mercado de capitais: a recessão velada vivida pelo mundo, que pode ser agravada por uma deflação impulsionada pela queda do preço do barril de petróleo, que se aproxima de 50% em menos de um ano.

“Estou preocupado com a Petrobrás porque o pré-sal é um alvo importante. Uma reserva espetacular, sobre a qual os entreguistas de sempre argumentavam que a exploração seria difícil, mas cuja produção já atingiu 700 mil barris dia. Outro alvo que pretendem atingir é o regime de partilha que garante a Petrobrás como operadora única do pré-sal e participação de 30% em todos os empreendimentos”, analisa Silveira.

Recompra de ações

Silveira lembra também que devido ao fato de a Petrobrás ter ações negociadas nos EUA e, portanto, estar sujeita à legislação daquele país, pode acontecer com a Companhia o que vem ocorrendo com a Argentina. “Basta que um juiz qualquer ceda a um abutre (fundo

especulativo) para que a Petrobrás seja obrigada, por exemplo, a indenizar acionistas”.

Neste sentido, ele argumenta que o governo não deveria se manter na atual atitude passiva. “O que o mercado gosta de transparência e esperava é que o balanço refletisse as perdas. Só que não veio essa limpeza do balanço. A melhor opção seria a recompra de ações, mas resta saber se o governo terá coragem”, indaga.

“O Banco Central Europeu (BCE) anunciou um pacote de vai colocar dinheiro na mão do mercado, através de quantitative easing (programa uti-

lizado pelos Estados Unidos na fase mais aguda da crise mundial) injetando dinheiro para criar inflação. Singapura também pode anunciar medidas semelhantes”, aponta, ressaltando que a decisão política de baixar o preço do petróleo pode ser um “tiro no pé”, na visão do economista. “Baixar o preço pode agravar a recessão. A queda poderia ser boa para o desenvolvimento econômico, via redução de custos, somente se a economia mundial estivesse mais dinâmica”, resume.

Outro que defende um agressivo programa de recompra de ações é o economista Adriano Benayon, da Associação Desenvolvimentista Brasileira (ADB). “Está na hora de brasileiros e de o próprio Estado comprarem grande quantidade de ações da Petrobrás e, assim, não só aumentar o percentual de controle nacional sobre a empresa, como fazer ótimo negócio, porquanto o patrimônio da Companhia pode chegar a cerca de 80 bilhões de barris de reservas de óleo, além de importante acervo tecnológico, situando a Petrobrás no topo das petroleiras em âmbito mundial”, defende Benayon, que também vê o governo pouco interessado em tomar atitudes soberanas e não dá crédito ao chamado “valor de mercado”, estipulado por especuladores. (continua pag. 6)

“O que o mercado gosta de transparência e esperava é que o balanço refletisse as perdas. Só que não veio essa limpeza do balanço. A melhor opção seria a recompra de ações, mas resta saber se o governo terá coragem”



Prognóstico difícil

Voltando ao cenário mundial do mercado de petróleo, analistas independentes ouvidos pela AEPET sustentam que, no geral, a tendência das ações de empresas petrolíferas é de queda no médio prazo, havendo correções (para cima) meramente oportunísticas. Eventuais altas ficariam por conta de uma correção natural, que teria a ver com a realização de lucros e sensação de oportunidade, dados os preços extremamente baixos dos papéis atualmente. No caso da Petrobrás, também a frágil credibilidade do balanço favorece a tendência de desvalorização. No geral, a opinião é de que poucas vezes se viu um cenário de prognóstico tão difícil.

Esta sensação é reforçada pela declaração do secretário geral da OPEP, Abdell El-Badri, para quem a contração dos investimentos pode até gerar uma expressiva alta no futuro, no caso de uma eventual retomada. Isto porque, sem investimentos, a produção poderá não ser capaz de atender à demanda. A Agência Internacional de Energia (AIE) quantifica essa redução de investimentos, sobretudo da parte dos pro-

dutores não ligados à Opep. Entre estes, foi feita uma revisão, para baixo, de 950 Mbpd em 2015. E os principais cortes virão dos EUA e Canadá, de 75 e 95 Mbpd, respectivamente, estando agora a 850 e 220 Mbpd em relação a 2014.

Este cenário já se reflete na oferta de empregos no setor como um todo. A Total já anunciou redução de 10% em seu investimento em exploração este ano. O plano de desinvestimentos de US\$ 10 bilhões até 2017 será acelerado. Por sua vez, a Schlumberger espera que os gastos das empresas de óleo e gás na América do Norte caiam até 30% neste ano. Fora da América do Norte, a empresa espera uma redução de 10-15% nos investimentos em upstream. A companhia está se reestruturando, cortando 9 mil postos de trabalho, ou 7% da sua força de trabalho.

Já a Halliburton e a Baker Hughes, que devem finalizar seu processo de fusão neste ano, também anunciaram demissões. A Baker Hughes anunciou que deve demitir, ainda no 1T15, 7 mil empregados, o que equivale a 12% da sua força de trabalho mundial, enquanto a Halliburton pretende demitir, no mínimo, 1 mil empregados fora dos EUA, segundo a Platts. ☺

Olhar para a árvore, mas também para a floresta

Diante do atual cenário, vale reiterar que apesar dos problemas específicos envolvendo a Petrobrás, que devem ser investigados e resolvidos, como tem ponderado a AEPET, deve-se considerar que nossa estatal do petróleo não está imune a este quadro geral de demissões e desinvestimento, fruto da queda acentuada do petróleo e da recessão mundial. Se, por um lado, esta queda beneficia no curto prazo a Companhia, que é importadora líquida de petróleo, as metas de investimentos futuros precisam ser reduzidas quando a demanda está em queda.

Se voltarmos a 2013, veremos que a Petrobrás aparece em lugar privilegiado. De 2012 para 2013, seu lucro avançou 1%, em dólar, enquanto Exxon caiu 27%, Shell recuou 35%, Chevron perdeu 18%. Em um espaço de tempo mais longo, 2006 a 2013, também se pode observar resultados muito po-

sitivos. Entre as cinco maiores concorrentes, a Petrobrás foi a única que expandiu sua produção (11%), enquanto as outras caíram ou ficaram no mesmo lugar: Exxon (-1%), Shell (-8%), Chevron (0%) e BP (-18%).

Das cinco gigantes, a Petrobrás foi a que mais ampliou investimentos, com um salto de 228%, contra 114% da Exxon, 85% da Shell e 152% da Chevron, respectivamente.

Tais números não servem para amenizar o problema da corrupção ou uso político da Companhia. A AEPET defende a total apuração de qualquer denúncia. Mas não se pode fechar os olhos para o pesado jogo que é jogado no setor petróleo em nível mundial. Na mira dos especuladores estão o pré-sal, o papel da Petrobrás como operadora única dessas reservas e a própria Companhia, que muitos sonham ver privatizada.

Lendo Piketty

José Augusto Ribeiro

Comecei afinal a ler *O Capital no século XXI*, o clássico instantâneo do francês Thomas Piketty, no momento em que ele, petulante como tantos intelectuais franceses, recusava a Legião de Honra que o Presidente da França, François Hollande, acabava de conceder, como sempre, a um bando de gente, nos rituais de Ano Novo. Petulante mas simpático, Piketty, com esse gesto, quis acentuar sua independência diante do governo de seu país, assim como diante de todo qualquer governo.

Desde as primeiras frases, confirmei o que presentira ao tomar conhecimento da aparição do livro e dos primeiros comentários sobre ele: seria leitura demorada para um leigo como eu, praticamente analfabeto em matéria de economia, que teria de repetir mais de uma vez a travessia de quase todos os parágrafos. O tamanho do livro é assustador: 585 páginas de texto e mais umas oitenta de notas e bibliografia. Já na página 31, resolvi parar e tomar algumas notas. Resolvi também que o gráfico ali exibido merecia, só ele, um comentário, talvez desarrazoado, mas que ocorreria a muitos outros leigos atentos e não tão analfabetos.

O gráfico mostra a evolução da desigualdade de renda nos Estados Unidos no período de um século, de 1910 a 2010. Talvez não seja novidade para um economista, mas para a maioria dos não-economistas deve ser um assombro, porque excede mesmo as suposições mais paranoicas.

Nos anos 1910-1920, era de 45 a 50% a participação desse décimo mais rico da população na riqueza do país. Depois caiu, ao que parece como resultado das políticas sociais do governo de Franklin Roosevelt, até chegar a menos de 35% na década de 1950 (governos Harry Truman, sucessor de Roosevelt, e Eisenhower). O enriquecimento ainda maior dos mais ricos cessou no governo Kennedy (início dos anos 60), mas voltou a subir depois.

Na década de 1970 (governos Richard Nixon-Gerald Ford, republicanos e reacionários), o décimo mais rico voltou a subir para 35%, recuperando o que perdera. Na década de 80 (governos

Ronald Reagan-George Bush pai), a recuperação passou de 35 para 40%.

E avançou ainda mais nos anos 2000/2010, no período de George Bush filho, voltando aos 45/50% do início do século 20.

Com Barack Obama, a riqueza dos mais ricos caiu para pouco mais de 45%, o que explica a fúria da maioria republicana e reacionária do Congresso ao bloquear todas as iniciativas desse Presidente tão sabotado pela ignorância e intolerância de tantos dos seus contemporâneos.

Eu prosseguia na leitura, difícil e demorada, do livro de Piketty (não que ele escreva difícil, mas pela densidade de conteúdo de cada um de seus parágrafos), quando apareceu no

noticiário um estudo da Oxfam sobre o mesmo tema. A Oxfam divulgou-o, de propósito, às vésperas do Fórum Econômico Mundial de Davos, esse ritual ecumênico dos mais ricos, países e pessoas.

Se Piketty examinava a evolução da riqueza dos dez por cento mais ricos dos Estados Unidos, a Oxfam reduziu esse alvo ao um por cento dos mais ricos do mundo. Sua principal conclusão é a de que em 2016 a riqueza do 1% mais rico do mundo vai ultrapassar as posses dos 99% menos rico.

Sendo a população mundial estimada em 7 bilhões de pessoas, isso significa que 6,93 bilhões de seres humanos terão, somados, menos que os 70 milhões mais ricos. Em 2009, a riqueza desse 1% da população mundial correspondia a 44% da riqueza total do planeta. Em 2014, apenas cinco anos depois, ela subira para 48%. E em 2016, dois anos apenas de diferença, vai ultrapassar os 50%.

O estudo da Oxfam refere-se ao fenômeno como uma explosão de desigualdade. No Brasil, mais habituados a outra linguagem, poderíamos descrevê-lo como um processo acelerado e demente de concentração de renda. Os ricos mais inteligentes devem estar alarmadíssimos com esse quadro. Outros não sabem, como George W. Bush, o pior Presidente dos Estados Unidos em mais de duzentos anos, mas eles sabem que esse desequilíbrio é uma ameaça suicida a seus privilégios. Para usar como adjetivo o substantivo da Oxfam, uma ameaça explosiva. ☺



RENEST: sonho ou pesadelo?

A Petrobrás anunciou o início da produção de derivados de petróleo na Unidade de Destilação Atmosférica (UDA) da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) no último dia 6 de janeiro. Os produtos foram enviados para armazenamento em tanques e esferas da refinaria. Além das sete unidades autorizadas, foi informado que os tanques e esferas irão estocar petróleo, diesel, nafta, resíduos, entre outros. No entanto, o vice-diretor de Comunicações da AEPET, Herbert Teixeira, recomenda cautela ao analisar tais números. Entre outras objeções, Teixeira salienta que a produção ainda não atende sequer às especificações quanto à pureza, já que alguns elementos, como o enxofre, estariam acima dos limites legais exigidos pela ANP.

“A RNEST é como se fossem duas refinarias, dois trens de processamento, cada um com diversas unidades de produção. A primeira já produz diesel, nafta e GLP, entre outros produtos, mas não está adequada devido ao alto teor de enxofre. Estamos na segunda fase da partida do primeiro trem, cujas unidades de hidroxidação trarão o nível de enxofre para o nível permitido”, esclarece. “Também a unidade de coqueamento retardado (conhecido como “fundo de barril”, que produz diesel, nafta, GLP e Coque (uma espécie de carvão) teve um início de produção, mas esta foi interrompida”, critica.

Segundo o diretor da AEPET, a meta da Petrobrás é que o hidroxidação esteja a todo vapor em fevereiro, mas é pouco provável que seja cumprida. Ele vê sérios problemas na Companhia, que neste caso não estariam ligados à corrupção, mas sim a falhas graves de gestão. “Há obras paralisadas e,

em alguns casos, com remanejamento de pessoal. Em outros, ocorre puro e simples abandono da obra após o pagamento, mesmo sem conclusão. Um dos culpados, na visão de Teixeira, seria a contratação de empresas classificadas como “sociedades de propósito específico (SPEs)”, pessoas jurídicas de caráter temporário criadas pelas empreiteiras.

Corrupção e cartelização

Apesar das falhas de gestão, até aqui há muitos casos de corrupção apontados pela Justiça. Onze funcionários foram citados como envolvidos e a chamada “indústria de aditivos” parece também atuar na RNEST. Os 23 principais contratos tiveram 324 aditivos, com valores superiores a R\$ 4 bilhões. Outro fato grave apontado foi a falta de justificativa para o Plano de Antecipação da Refinaria (PAR), feito em 2007.

A refinaria como um todo é alvo de denúncias de superfaturamento. O relatório da CPMI instalada no Congresso concluiu que a obra, uma das mais polêmicas da Petrobrás, custou 4,2 bilhões de dólares a mais do que deveria.

Mais uma vez fica evidente o acerto da AEPET ao denunciar os contratos do tipo EPC, que além de permitirem ao consórcio que elaborou o projeto a participação na execução das obras, abrem espaço para a cartelização e favorecimento de grandes empreiteiras. Estas, no entanto, também estão sob ameaça da concorrência estrangeira, o que seria extremamente danoso para o Brasil.

O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, lembra que a entidade vem denunciando em todas as AGO's (Assembleia Geral Ordinária,



anual, dos acionistas) os indícios da corrupção (por exemplo, a cartelização pela prática de EPCismo – contratação de obras por pacote fechado – que sistematizou a cartelização). “Mas não dispúnhamos das provas concretas. Sabíamos que alguns diretores tinham procedimentos suspeitos, mas faltavam as provas. Agora temos a chance de deflagrar um combate sem tréguas à corrupção. Em todos os segmentos do País”, inclui, lembrando que a prática tornou-se comum em todas as esferas onde circula dinheiro público.

Siqueira destaca que a sociedade não pode aceitar um “novo Satiagraha”, esquema fraudulento identificado pela Polícia Federal, que não resultou em nenhuma punição efetiva.

Concentração de poder

Já Herbert Teixeira avalia que as falhas também foram resultados dos descumprimentos das diretrizes e regras relativas ao processo decisório pelos diretores e gerentes executivos da Petrobrás. “Não foi por falta de leis, normas, padrões, regulamentos, mecanismos internos e externos

que levaram à fraude e à corrupção. Muito menos a falta de estrutura dentro da Companhia para identificação, avaliação, monitoramento das atividades de controle e conformidade. Os desvios são resultado da estrutura corporativa totalmente hierárquica e antidemocrática, onde todo o processo decisório está centralizado na diretoria e gerências executivas”, aponta.

Segundo o diretor de Comunicações da AEPET, os diretores e gerentes executivos, alçados aos cargos por indicação política, têm tanto poder que podem mudar as diretrizes e regras relativas ao processo decisório da Companhia no momento em que elas “não servem à expropriação do patrimônio do povo brasileiro”.

Para ele, talvez as respostas a estas questões levantadas de-

monstrem que as denúncias na Ouvidoria e na Auditoria da Petrobras, e a criação da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade não são o canal democrático para solução do problema de corrupção. “A origem do problema está na centralização do processo decisório da Companhia, formado de cima para baixo. A AEPET propõe soluções institucionais para enfrentar o problema: transparência, democracia no local de trabalho, controle social do Conselho de Administração pela sociedade, desmonte da estrutura corporativa tipicamente hierárquica e antidemocrática, para substituí-la por uma organização horizontal e democrática, são iniciativas que podem contribuir em termos estruturais e sistêmicos em defesa da Petrobras e do interesse da sociedade”, advoga. ☺

A presidente da Petrobrás anunciou, no dia 29 de janeiro, a suspensão das obras da segunda etapa da RNEST, até que todos os contratos sejam revisados. Tida como um dos principais alvos da Operação Lava-Jato, a refinaria será afetada pelas medidas de ajuste que a Petrobrás está tomando.

A decisão de construir refinarias foi tomada, ainda no mandato de Lula, tinha objetivo declarado de agregar valor às exportações e contribuir para o desenvolvimento regional. No caso da RNEST, vale ressaltar que a Venezuela era sócia do projeto, mas, segundo a imprensa, jamais aportou recursos na obra.

Qual o papel da diretoria de governança?

A posse do novo diretor de Governança, Risco e Conformidade, João Adalberto Elek Júnior, ocorrida no dia 19 de janeiro, deve ser encarada como importante oportunidade na transformação dos métodos de governança da Petrobrás. Entretanto, a nova diretoria é apenas mais uma ação, dentre outras, fundamentais para a modernização da gestão, como a AEPET vem postulando há anos.

Ocorre que a governança já é uma realidade na Petrobrás, mas infelizmente só para os primeiros níveis hierárquicos. Foi esta falha, nos altos níveis, que permitiu as ocorrências que agora estão sendo investigadas

O novo diretor foi escolhido por meio de processo seletivo conduzido pela empresa Korn Ferry, especializada em seleção de executivos, que buscou profissionais de mercado com notório reconhecimento de competência na área de Governança. Foram apresentados três currículos ao Conselho de Administração (CA), que optou por Elek para permanecer no cargo por três anos, período que pode ser renovado. Este procedimento pode ter sido o melhor, neste momento de crise, mas para AEPET esta exceção não pode se tornar norma. O corpo técnico da Petrobrás precisa ser valorizado.

Para o representante dos trabalhadores no CA e ex-presidente da AEPET, Silvio Sinedino, o preenchimento das vagas de gerências executivas e de diretorias poderia seguir o modelo de lista tríplice de nomes de funcionários concursados da Petrobrás.

“Seria a vitória da meritocracia sobre as indicações políticas”, afirma Sinedino. Para ele, com regras claras e transparência no processo, o funcionário teria a certeza de que a ascensão profissional independe da sua associação a grupos políticos, mas da avaliação criteriosa de seu currículo e desempenho.

O presidente da AEPET, Felipe Coutinho, afirma que além da criação



A gerência de Conformidade atuará no planejamento, orientação, coordenação e avaliação de atividades de controle e conformidade, incluindo mitigação de riscos de fraude e de corrupção.

da nova diretoria “entender o fenômeno da corrupção, seus aspectos legais e ilegais, é imprescindível para propor medidas institucionais efetivas e concretas em defesa da Petrobrás. A solução passa por maior transparência, democracia no local de trabalho e pelo controle social. São medidas na dire-

ção de transformar a organização produtiva, em sua defesa, e em benefício da maioria dos brasileiros.”

A criação da nova diretoria de Governança, Risco e Conformidade foi aprovada pelo Conselho de Administração em novembro do ano passado e substituiu a antiga diretoria interna-

cional. A nova diretoria tem como objetivo assegurar a conformidade de processos e mitigar riscos, dentre eles os de fraude e corrupção, garantindo a aderência à leis, normas, padrões e regulamentos, internos e externos à companhia.

A nova diretoria será composta de três gerências executivas. A gerência de Governança terá a atribuição de monitorar a execução do modelo de Governança Corporativa e Societária, bem como controlar a execução e o cumprimento das diretrizes e regras relativas ao nosso processo decisório. A gerência de Gestão de Riscos Corporativos atuará no fortalecimento da visão integrada dos riscos empresariais, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos relevantes, em articulação com todas as Áreas e empresas do Sistema Petrobras. A gerência de Conformidade atuará no planejamento, orientação, coordenação e avaliação de atividades de controle e conformidade, incluindo mitigação de riscos de fraude e de corrupção.

E caberá ao diretor a responsabilidade de avaliar a conformidade no Brasil e no exterior dos processos das áreas de Exploração e Produção, Gás e Energia, Abastecimento, Finanças, Engenharia, Tecnologia, Materiais, Serviços e outras, buscando garantir o cumprimento das regras e padrões estabelecidos. ©

Petróleo Política Oleo Leilão Ciência e Tecnologia AEPET ALERJ Aposentadorias Aposentados Leilão de Xisto Gás de Xisto Carvão Saneamento Direitos Humanos Direitos Trabalhistas Desigualdade Social Educação Justiça Manifestações Transporte Tortura Violência Venezuela Economia Saúde Petrobrás Reforma Previsão Previdência Social PIB Urmas Eleições Economia brasileira Petrobrás Conjuntura Política TCU Negociação Perimetral CSA Comunicação Problema d'agua

Debate TV Brasil “A verdade dos fatos sem o controle da grande mídia”

ORDEM E PROGRESSO

APRESENTADOR: **Paulo Passarinho**

AEPET Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Canal **YouTube** AEPET